

Peões, pretos e congos

PETER FRY

“E esses escritos, qual é a verdade que tem eles? É coisa de crer? É fato? Porque por aqui vem esse povo chelo de prosa. ... Mas histórias deles é casos de rico. Aquilo de gente com nome de rua. E desses só se fala é o bem que se pensa que eles sempre fizeram. Mas foi mesmo? E como é que foi? Um rico faz, o outro conta. ... Agora eu volto no caso de sua pessoa. ... Essas perguntas que o sr. faz esses escritos de nota nesse caderno aí. Letra miúda, coisa de mistério. ... Mas pode ser até um livro. ... Um livro. Escritos sobre os pobres, a gente de baixo, pretos, peões, a gente do congo. No dia que os preto virar livro, vai ser o caso de o mundo pensar tudo outra vez. Imagine. Mas se for mesmo, podia ser a história de verdade, o lado escuro da vida, nessa cidade de Goiás. ... Forte coisa. Se o sr. quiser, faça. É dono de seu destino. Se quiser eu ajudo nesse pouco que posso”.

Reproduzo aqui estes trechos da fala de um negro e peão de lavoura de Goiás, que se encontram na contra capa deste livro de Carlos Rodrigues Brandão, porque resumem, de maneira clara e lúcida, os propósitos do autor no seu trabalho sobre pretos e brancos na cidade de Goiás. Reproduzo-os também porque falam da estranha relação entre pesquisador e ‘objeto de pesquisa’ cujo mundo é traduzido para uma ‘letra miúda, coisa de mistério’, e expressam com a espontaneidade dos que ficam do lado escuro da vida o seu espanto quanto ao fato de que a história possa começar a ser escrita do ponto de vista deles. Mas não é exatamente essa a posição da Antropologia de modo geral? Escrevendo a história dos outros, dos que ainda não têm voz institucional, em letra miúda e misteriosa? É nesse sentido que *Peões, Pretos e Congos* é um livro na melhor tradição da disciplina, colocando-se, desde a contra capa, do lado dos outros, dos que a história formal relega à insignificância.

O autor comenta os estudos sobre relações raciais promovidos pela UNESCO na década de 50 e considera que pecam por tratar do problema apenas a partir do ponto de vista do branco. Opta, portanto, por seguir a linha de análise avançada por Bastide, Ianni, Cardoso e Fernandes, que procuraram desvendar a produção de várias ideologias das relações raciais por parte dos vários grupos étnicos inseridos na sociedade brasileira. Para atingir esta meta, o autor utiliza três tipos de recursos analíticos. O primeiro consiste em uma análise objetiva da história do negro nas relações de produção de Goiás. O segundo trata da percepção de etnia por parte de brancos e pretos; e o terceiro é uma análise dos congos como um ritual que discursa sobre, entre outras coisas, as relações raciais. Na primeira parte do livro, então, conta-se a história das transformações econômicas da região, da passagem da mineração para uma economia agro-pastoril e da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Aprendemos que, como é geral no Brasil, os negros agora ocupam as áreas periféricas da cidade, onde se reúnem na "mais baixa das classes sociais", como peões, biscateiros, trabalhadores braçais e, raramente, artesãos e trabalhadores autônomos. Matizando este quadro através de um estudo diacrônico destas carreiras, o autor chega a conclusão que a etnia não é o único fator que determina o modo de cada um participar na vida econômica da cidade, mas que é um dos determinantes da carreira dos negros de Goiás. "Em uma sociedade de recursos de produção e trabalho limitados, com relações interpessoais definidas dentro de critérios extremamente rígidos e de conseqüente pequena variação, é pouco viável o acesso de negros a níveis médios e superiores de qualificação do trabalho, e de alternativas de apropriação da mão de obra" (p. 99).

Na segunda parte do livro, é apresentada a visão de mundo dos negros como trabalhadores que, segundo o autor, sendo uma ideologia de uma classe social, se confunde com a de trabalhadores brancos inscritos na mesma prática econômica. Analisando o discurso dos negros sobre a concepção do tempo, do espaço e da divisão de riqueza na sociedade, o autor chega à conclusão de que, para o trabalhador negro, o mundo é dividido entre ricos e pobres, onde os primeiros controlam e exploram os segundos e onde a passagem de uma categoria para a outra é vedada. Perante esta situação, o trabalhador, ciente da sua dependência frente ao proprietário, reconhece a fatalidade de sua exploração. Na sua fala, o trabalhador negro percebe uma sociedade "que estabeleceu limites e dividiu modos antagônicos de participação no proveito do trabalho praticado pelos sujeitos de um dos polos, dentro de um sistema de condições de

produção e emprego de bens colocado sob o controle de sujeitos de polo oposto” (p. 129). Após esta discussão da percepção do negro *como trabalhador* seguem-se as falas de brancos sobre pretos e brancos, e de negros sobre pretos e brancos. Nestas falas, percebe-se que o mundo dividido entre ricos e pobres é também o mundo dividido entre brancos e pretos. No discurso dos brancos, o preto é ou escravo negro ou ‘marginal preto’ enquanto na dos negros, o branco aparece sobretudo como patrão. Quando o sujeito branco é da mesma classe, ele é chamado de “companheiro” ou de “cunhado”. Nesta parte do livro, o autor mostra o triste fato dos negros de Goiás aceitarem a definição branca das etnias. Assim, o branco é “naturalmente superior”, sendo classificado como ruim *através do que faz*. “Ao contrário, o negro é naturalmente inferior por ser negro, ou seja *através do que é*. Ele precisa fazer, com maior rigor do que o branco, “as coisas boas” da sociedade, para pelo menos igualar-se a ele” (p. 148). Estabelecida esta dicotomia entre “ser” e “fazer”, o autor mostra como os negros de Goiás procuram redefinir o estigma da sua cor através dos valores da sua *classe* de trabalhador ou através das qualidades de sua *pessoa*, como homem de bem.

Na última parte do livro, o autor descreve o ritual dos congos de Goiás. A dança dos congos tem a estrutura da maioria dos rituais folclóricos de origem ibérica que consiste num desafio seguido por uma luta e terminando em conciliação. Nestes rituais, argumenta o autor, há um confronto entre identidades sociais onde os cristãos sempre vencem os não cristãos; onde a ideologia da sociedade produtora do ritual vence uma outra, que é “oposta ou extrema a seus valores de legitimação”. No caso dos congos, se fala e se canta do que os brancos esperam dos negros; “que sejam cristãos (co-legitimadores da ordem da sociedade) e que sejam submissos (incapazes de pretenderem, nesta ordem, posições iguais às dos brancos “de posição”)” (p. 189). Nos congos, portanto, vemos não só a submissão dos negros ao credo cristão na conciliação final, mas também a sua persistência como etnia à parte.

O autor conclui o seu livro afirmando que há, em Goiás, duas ideologias étnicas, a dos brancos e a dos negros, e que a segunda não é simplesmente uma representação da primeira, mas sim uma produção própria que surge da sua experiência como negros e sobretudo como *trabalhadores* negros. Assim, o livro termina onde começou, com a problemática das relações inter-étnicas vista sempre no contexto das relações de classe. E aí, o leitor pode lembrar-se das palavras do peão negro da contra capa, que tão nitidamente fazem esta mesma ligação, falando de pretos e peões de um lado e

apenas de ricos do outro. Mas o autor, ao considerar as relações inter-étnicas no contexto das relações de classe, nunca confunde as duas; frisa constantemente a especificidade das representações sobre cor dentro de um contexto mais amplo. É de se esperar que os que escrevem livros em letra miúda e misteriosa sobre outras categorias sociais que vivem no lado escuro da vida sigam o seu exemplo, e não sejam levados a pensar estas categorias e grupos fora do contexto histórico mais amplo em que vivem e sofrem.